

MEMÓRIAS DE INFÂNCIA, DOCÊNCIA E GÊNERO: O INÍCIO DE UMA PESQUISA

Míria Izabel **Campos** – UFGD

Magda **Sarat** – UFGD

Agência Financiadora: CAPES

Resumo

No presente pôster visamos apresentar reflexões iniciais de uma pesquisa de Doutorado em Educação que tem como objetivo investigar questões de gênero que perpassam as memórias e histórias de alunas do curso de Licenciatura em Pedagogia. Os estudos estão apoiados na teoria do Processo Civilizador de Norbert Elias, na história das mulheres e nos Estudos de Gênero Pós-Estruturalistas. O *corpus* documental será composto por memoriais de infância das alunas recolhidos entre os anos 2006 a 2012, bem como a realização de entrevistas apoiadas na metodologia da História Oral. A partir de pistas emanadas da pesquisa no Mestrado em Educação (2008-2010), o que nos instiga é saber quais contextos de vidas dessas alunas as fizeram optar pelo curso de Licenciatura em Pedagogia, um curso considerado “espera marido” e, depois, encontrá-las hoje, como professoras em uma perspectiva de profissão “que sustenta marido”.

Palavras-chave: memórias; formação docente; gênero.

MEMÓRIAS DE INFÂNCIA, DOCÊNCIA E GÊNERO: O INÍCIO DE UMA PESQUISA

Neste texto visamos apresentar reflexões iniciais de uma pesquisa de Doutorado em Educação que tem como objetivo investigar questões de gênero que perpassam as memórias e histórias de alunas do curso de Licenciatura em Pedagogia. Os estudos estão apoiados na teoria do Processo Civilizador de Norbert Elias, na história das mulheres e nos Estudos de Gênero Pós-Estruturalistas. O *corpus* documental será composto por memoriais de infância das alunas recolhidos entre os anos 2006 a 2012, bem como a realização de entrevistas apoiadas na metodologia da História Oral.

A partir de pistas emanadas da pesquisa no Mestrado em Educação (2008-2010), o que nos instiga é saber quais contextos de vidas dessas alunas as fizeram optar pelo curso de Licenciatura em Pedagogia, um curso historicamente considerado “espera marido” e, depois, encontrá-las hoje, como professoras em uma perspectiva de profissão “que sustenta marido”.

Sabemos que, apesar dos avanços e conquistas atingidos com os movimentos feministas e movimentos de mulheres, e de estudos e pesquisas apontarem para uma mudança significativa na vida das mulheres com maior inserção dessas nos espaços públicos, e de elas deterem hoje um nível de escolarização maior que o dos homens, nós ainda convivemos com grandes quadros de desnível salarial, discriminação e violência.

Nesse contexto, salientamos que ouvimos das professoras, na nossa investigação do Mestrado em Educação, histórias que davam conta de uma diferenciação na educação de meninas e meninos nas suas infâncias, que as fizeram se sentirem tolhidas, cerceadas, diminuídas socialmente, impossibilitadas de viverem as mesmas experiências que os irmãos, de não terem acesso a todas as informações e espaços que eles tiveram, dentre outras. Ou seja, elas se sentiram “[...] marginalizadas por uma ciência androcêntrica e uma história, tradicionalmente, referenciada aos homens [...]” (GALINKIN; BERTONI, 2014, p. 15).

Na Introdução da obra “Os Estabelecidos e os *Outsiders*”, Elias e Scotson (2000, p. 19), discorrendo sobre a pesquisa em Winston Parva escrevem que “[...] encontrava-se ali, [...] como que em miniatura, um tema humano universal”. E, ampliando suas reflexões, apontam para a diferença de poder presente em diversos grupos.

Essa é a auto-imagem (*sic.*) normal dos grupos que, em termos do seu diferencial de poder, são seguramente superiores a outros grupos interdependentes. Quer se trate de quadros sociais, como os senhores feudais em relações aos vilões, os ‘brancos’ em relação aos ‘negros’, os gentios em relação aos judeus, os protestantes em relação aos católicos e vice-versa, os homens em relação às mulheres (antigamente) [...] (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 19, grifos dos autores).

Da citação, importante observar a escrita dos autores acerca da relação de poder em grupos interdependentes, principalmente, quando Elias e Scotson (2000, p. 19)

grafam o “antigamente” para as relações entre homens e mulheres. Como apontado anteriormente, ouvimos das professoras, histórias que davam conta de uma diferenciação na educação de meninas e meninos ainda presente nas suas infâncias. Portanto, acreditamos ser pertinente afirmar, que a civilidade vivenciada naqueles momentos distantes continua marcando as vidas das mulheres/professoras, que mesmo sendo desconstruída, reconstruída, ressignificada, se mostrou muito presente, forte, e por vezes angustiante, nas suas vozes.

Sobre a infância, temos que a ideia moderna de criança diferente cognitiva, psíquica e afetivamente do adulto, é consequência de longo processo histórico. Não existe infância no singular, mas diferentes formas de ser criança no interior das várias culturas. Gouvea (2002, p. 17) escreve que “[...] nas interações sociais cotidianas os adultos norteiam a formação do sujeito infantil. A criança não inventa o mundo, mas o apropria, internalizando valores, normas e ações referentes ao universo social em que se insere”.

Nesse contexto infantil, nós entendemos como significativamente influente a participação dos adultos e das interações sociais na formação das crianças. Goudsblom (2009, p. 51) aponta que “os seres humanos podem e precisam aprender mais do que quaisquer seres de outras espécies. Outros animais também aprendem; [...]. Mas não existe nenhum outro animal que precise confiar na aprendizagem tão profundamente como os seres humanos”.

Ou seja, conforme aponta Elias (1994a) existe um modo de relacionamento no qual as crianças precisam aprender de acordo com as regras e normas do seu grupo, adquirindo e ampliando o conhecimento necessário para viver com seus pares.

Na criança, não são apenas as idéias (*sic.*) ou apenas o comportamento consciente que se vêem (*sic.*) constantemente formados e transformados nas relações com o outro e por meio delas; o mesmo acontece com suas tendências instintivas, seu comportamento controlado pelos instintos. [...] Para se tornar psicologicamente adulto, o indivíduo humano, a criança, não pode prescindir da relação com seres mais velhos e mais poderosos (ELIAS, 1994a, p. 30).

A partir dessa premissa do autor, observamos que meninas e meninos vão compartilhando e trocando com seu meio social e, nessa interação, aprendendo modos

de se comportar exigidos pelo seu grupo. As experiências de vida (con)formam os indivíduos desde muito cedo e estes vão se deparando com modos de ser e estar, que a sociedade levou muitos anos para atingir. Referimo-nos aos estudos do “Processo Civilizador” de Elias (1994, p. 145), no qual este salienta:

As crianças têm no espaço de alguns anos que atingir o nível avançado de vergonha e nojo que demorou séculos para se desenvolver. A vida instintiva delas tem que ser rapidamente submetida ao controle rigoroso e modelagem específica que dão à nossa sociedade seu caráter e que se formou na lentidão dos séculos.

Ou seja, no longo processo de mudança, o tempo vivido e utilizado para aprendizagem das regras e costumes, que posteriormente serão internalizados, não se inicia somente com o adulto, mas também se estende às crianças. E como os adultos, com o passar dos séculos, já chegaram a um patamar de vergonha e controle, a geração infância tende a ser forjada nos moldes sociais vigentes em cada época. Nessa perspectiva, a existência de tensões nas relações entre os gêneros é um assunto que por muitas vezes permanece negado e continua silenciado em diversas instituições.

Nesse sentido, importante escrevemos que concebemos gênero como uma categoria de análise, cujos estudos surgiram no bojo das discussões feministas no século XX, para se contrapor a ideia de essência, pois esta estava pautada em explicações de determinismo biológico, que muitas vezes foram utilizadas para justificar desigualdades entre mulheres e homens (SCOTT, 1995). Assim, gênero não é um produto acabado ao nascimento, é oriundo de uma construção histórica, social, cultural e “[...] a partir do gênero, é possível desconstruir as diferenças, hierarquias e formas de dominação de uns/umas sobre outros/as, sejam homens, crianças ou adultos” (SAYÃO, 2003, p. 71).

Em relação aos ensinamentos acerca das relações de gênero, percebemos que a influência social pode ser preponderante. Meninas e meninos poderão construir atitudes democráticas e igualitárias; ou atitudes sexistas, de exclusão, homofóbicas, discriminatórias e preconceituosas nas suas relações nos diferentes espaços de convivência. Ao saírem do contato mais estreito com a família, cada vez mais as crianças estarão expostas aos ensinamentos das diversas instâncias, que são importantes no processo constitutivo dos sujeitos. Xavier Filha (2005, p. 197) salienta que “[...]”

qualquer espaço social pode transformar-se em instâncias e práticas pedagógicas, desde que orientados para a constituição de sujeitos”.

Apreendemos, no tocante às relações de gênero, que nas infâncias das professoras entrevistadas em nossa pesquisa de Mestrado em Educação, constituiu-se uma “figuração estabelecidos e *outsiders*” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 22), com as tensões inerentes nesses casos, quando o grupo constituído pelas meninas se ressentiu de um poder diferente daquele possibilitado ao grupo dos meninos, bem como de regalias dadas a eles, as quais elas não usufruíam. Mas, ao mesmo tempo, não podemos nos furtar de escrever que, se invertêssemos a pesquisa e perguntássemos aos professores sobre suas infâncias, é bem provável que os depoimentos trouxessem memórias e histórias de meninos dando conta de uma inversão desse poder em favor das meninas. Ou seja, é uma história com muitos movimentos e que agrega conflitos e tensões.

Nessa direção, voltando aos estudos da comunidade de Winston Parva, registramos as seguintes perguntas feitas por Elias e Scotson (2000, p. 20): “de que modo os membros de um grupo mantêm entre si a crença em que são não apenas mais poderosos, mas também seres humanos melhores do que os de outros? Que meios utilizam eles para impor a crença em sua superioridade humana aos que são menos poderosos?”.

No nosso entendimento, essas são perguntas desafiadoras, e que nós pretendemos nos fazer na trajetória de doutoramento, pois a nossa investigação do Mestrado em Educação trouxe a tona uma realidade na qual as professoras detinham uma formação superior a de seus maridos/companheiros e, em praticamente todos os casos, recebiam maiores salários. Diante dessa conjuntura, nos provocou ampliar nossos estudos, buscando saber qual é hoje a realidade vivida pelas alunas do curso de Licenciatura em Pedagogia que escreveram seus memórias de infância?

Como bem pontua Veiga (2014, p. 141), “[...] a alteração no modo de comportamento diz respeito a mudanças nas relações de interdependências entre gerações, bem como nas relações de gênero, etnia e classe social [...]”. A partir dessa citação da autora, acreditamos ser possível indicar, que talvez estejamos vivenciando um momento de significativas mudanças na “[...] relação de forças [...]” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 22), entre diferentes grupos que constituem a dinâmica social e que, em certa medida, podem acenar para uma desconstrução/reconstrução da “[...] sociodinâmica da estigmatização [...]” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 23).

Referências

ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994a.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador, volume 1**: uma história dos costumes. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John I. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

GALINKIN, Ana Lúcia; BERTONI, Luci Mara. Gênero e educação: um caminho para a igualdade. **Em Aberto**, Brasília, v. 27, n. 92, p. 21-42, jul./dez. 2014.

GOUDSBLOM, Johan. A vergonha: uma dor social. In: GEBARA, Ademir; WOUTERS, Cas (Orgs.). **O controle das emoções**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.

GOUVEA, Maria Cristina Soares de. Infância, Sociedade e Cultura. In: CARVALHO, Alysso; SALLES, Fátima; GUIMARÃES, Marília (Orgs.). **Desenvolvimento e Aprendizagem**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

SAYÃO, Débora Thomé. Pequenos homens, pequenas mulheres? Meninos, meninas? Algumas questões para pensar as relações entre gênero e infância. **Pro-Posições**, Campinas, v. 14, n° 3(42)-setembro/dezembro. 2003.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 2 n. 16, p. 5-22, julho/dezembro. 1995.

VEIGA, Cynthia Greive. Emoções e poder no processo de institucionalização da profissão docente: a civilização dos professores. In: GEBARA, Ademir; COSTA, Célio

Juvenal; SARAT, Magda. **Leituras de Norbert Elias**: processo civilizador, educação e fronteiras. Maringá/PR: Eduem, 2014.

XAVIER FILHA, Constantina. **Discursos da intimidade**: imprensa feminina e narrativa de mulheres-professoras brasileiras e portuguesas na segunda metade do século XX. São Paulo, 2005. Tese (Doutorado em Educação), FEUSP-USP. São Paulo, 2005.